

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/23478	30259/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR: Câmara Municipal de Braga

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.19.25.DMOSM

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.

Empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA VARIANTE DO FOJO - 2.ª FASE”.

Vocabulário CPV: 45453000-7 - Obras de revisão e recuperação	Prazo máximo de execução: 365 dias	Preço Base: €5.123.072,59
---	---	--

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.



Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

I - Introdução:

De acordo com a informação técnica constante na proposta de resolução com o Código Validação: Código Validação: ND7RQ9F9AHD3N373WFLM4YGA4, A presente proposta integra uma estratégia alargada do Município de Braga, em implementar dentro dos limites territoriais do município, de aumento da segurança pedonal, ciclável e automóvel, através da diminuição das velocidades praticadas e da revisão das infraestruturas disponíveis, adaptando-as às necessidades e segurança dos seus habitantes, enquadrando-se na tipologia *“Mobilidade Ativa (pedonal e ciclável)” prevista na alínea b) do n.º 1 das ações elegíveis no Aviso do concurso NORTE2030-2014-18.*

A operação **“Requalificação da Variante do Fojo – Fase II”** encontra-se contratualizada no Quadro de Investimentos Prioritários do Cávado, documento que integra o Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado (ITI) do Cávado, aprovado pela Comissão Diretiva do NORTE2030 em 06/03/2025, no OP2 – Norte mais verde e hipocarbónico, com uma dotação de 2 087 075€.

Elegibilidades da candidatura NORTE 2030-FEDER-02240800:

- Despesa elegível comparticipada - **2.455.382,35,44€**
- Financiamento FEDER - **2.087.075,00€**

A intervenção agora proposta vem no sentido de contrariar o agravamento da intensidade energética e carbónica nas áreas urbanas e o registo da elevada dependência do transporte individual, dos reduzidos níveis de mobilidade ativa e de dar resposta à necessidade de melhoria dos serviços de transporte coletivo.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

1. ENQUADRAMENTO

A Variante do Fojo constitui um importante eixo de entrada/saída de tráfego automóvel de veículos ligeiros e pesados no perímetro urbano da cidade por estabelecer a sua ligação tanto a aglomerados habitacionais localizados em freguesias próximas, quanto aos concelhos limítrofes situados a norte (Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, etc.), a zonas industriais e de extração de inertes ou à Braval – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. Constituindo-se, portanto, como uma via de circulação contínua e intensa, justificando o seu atual estado de deterioração e a necessidade premente de intervenção.



A área de intervenção situa-se na freguesia de Gualtar, no concelho e distrito de Braga, numa extensão (longitudinal) de cerca de 2400,00m compreendida entre a passagem desnivelada reservada ao trânsito automóvel adjacente ao hotel Meliá e a rotunda de S. Pedro (sentido sudoeste > nordeste) e vice-versa, constituído por duas faixas reservadas à circulação automóvel (≈8,00m de largura) e uma faixa de circulação pedonal (min. 1,50m) em cada sentido, e um separador central arborizado (espécies arbustivas de pequenas dimensões) onde se encontra implantada a iluminação pública. Uma grande extensão deste troço é marcada a noroeste pela presença de um curso de água – Rio Este – e vegetação existente e a Sudeste pela proximidade à encosta do Bom Jesus do Monte.

A presente proposta serve o objetivo, estabelecido pela Câmara Municipal de Braga e

apresentado enquanto princípio programático essencial à elaboração do presente projeto, da alteração do perfil existente da via a intervencionar com vista a uma consequente desaceleração da velocidade automóvel praticada atualmente no local, priorizando e introduzindo (quando não existam) vias dedicadas à circulação dos modos suaves de deslocação, nomeadamente a circulação pedonal e ciclável, nesta ordem precisa, criando condições de segurança propícias à sua coexistência com o tráfego motorizado. A presente proposta integra uma estratégia mais alargada, a implementar dentro dos limites territoriais do município, de aumento da segurança pedonal, ciclável e automóvel, através da diminuição das velocidades praticadas e da revisão das infraestruturas disponíveis, adaptando-as às necessidades e segurança dos seus habitantes.

Além da desaceleração das velocidades praticadas na Variante do Fojo, pretende-se

aproveitar a oportunidade que representa a sua requalificação para oferecer aos seus

utilizadores, quer se desloquem a pé, de bicicleta ou em veículo motorizado, melhores

condições de circulação e de segurança, pelo que a presente proposta contempla intervenções nos seguintes elementos.

Por último, e dada a posição geográfica da Variante do Fojo na sua ligação entre o perímetro urbano e os concelhos limítrofes, de se tratar de uma zona de grande concentração habitacional no presente (com previsão para o seu grande aumento a curto prazo) e da sua oferta de serviços, propõe-se a melhoria das condições das paragens de transportes públicos, assim como um novo ponto de paragem a somar aos já existentes, já que tal será essencial a que mais utilizadores adiram à utilização diária dos transportes públicos naquela localização.

A intervenção preconizada incluirá, portanto:

- Demolição integral da faixa de rodagem, separador central e áreas pedonais;
- Repavimentação integral de faixa de rodagem;
- Requalificação das áreas e percursos pedonais;



- Criação de faixas ciclável;
- Reformulação geométrica do traçado;
- Reformulação da rede de iluminação pública;
- Readaptação da rede de drenagem ao novo traçado.

Pareceres prévios vinculativos obtidos por parte de entidades externas:

- E-REDES;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- CCDR-N/REN.

2. PROPOSTA

Propõe-se abertura de procedimento concursal público ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 19.º do CCP da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 31/08 alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21/05 da alteração ao Código de Contratos Públicos – Concurso Público – com vista à execução da empreitada **“REQUALIFICAÇÃO DA VARIANTE DO FOJO – FASE II”**, com valor base de **€5.123.072,59 + IVA**

Prazo de execução: **365 dias**

2.1. Dispensa de cumprimentos de exigências legais consideradas

2.1.1. Fundamentação para a não adjudicação por lotes

Pese embora o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, parece-se absolutamente claro que, à semelhança de procedimentos semelhantes, que objeto global é tecnicamente e funcionalmente incindível, ou seja, não será possível considerar-se a adjudicar a execução dos trabalhos a diferentes entidades, pois, a interdependência operacional e técnica das diferentes especialidades inviabiliza determinantemente esta opção, nomeadamente na gestão do tráfego automóvel e dos serviços afetados e do faseamento de obra. A adjudicação a diferentes entidades obstaculizaria a eficaz gestão da coordenação de segurança em obra devido à forte interdependência entre a totalidade da área de intervenção.

2.1.2. Fundamentação do preço base

Pese embora assumindo-se o recurso à dispensa do dever de fundamentação consagrada no artigo 11.º da Lei n.º 30/2021 de 1 de maio que aprova as medidas especiais de contratação pública e matéria de projetos financiados por fundos europeus, o Município suportou-se, no que concerne à determinação dos preços unitários e consequentemente do



respetivo preço base global, em critérios objetivos, nos termos previstos no artigo 47.º do CCP, designadamente por determinação dos custos médios unitários, resultantes de anteriores procedimentos, para prestações do mesmo tipo com a necessária adequabilidade dos mesmos às atuais condições de mercado.

2.2. Revisão de Projeto

A Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, aprova o conteúdo obrigatório do projeto de

execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designadas «instruções para a elaboração», e a classificação de obras por categorias.

A revisão prévia do projeto de execução por entidade distinta do projetista encontra

fundamento na salvaguarda da qualidade dos projetos e visa garantir uma maior eficácia na fiscalização dos seus custos e prazos.

O número 2 do artigo 43.º do Código de Contratos Públicos e o número 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, impõe o dever de submissão do projeto de execução de obras públicas a revisão prévia por entidade devidamente qualificada para a sua elaboração, sempre que se verifiquem os pressupostos legais enunciados e que se prendem com a escala e complexidade da solução conceptual desenvolvida.

De facto, a revisão deve ser efetuada por entidade distinta do autor do referido projeto de execução quando estejam em causa obras públicas acima de certa categoria ou cujo preço base seja, atualmente, superior a €400 000,00.

No entanto,

O Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, veio estabelecer o regime que dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.

Este decreto, quando integrados em procedimentos de formação de contrato de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, designadamente pelo Plano de Recuperação e Resiliência – como é o caso – a entidade adjudicante pode determinar a dispensa da revisão prévia do projeto de execução, não dando, portanto, cumprimento à obrigação prevista no n.º 2 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e no n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho. No entanto, essa dispensa tem de ser fundamentada: deve a entidade adjudicante fazer acompanhar essa dispensa expressa – tem de constar expressamente da decisão de contratar – da demonstração da existência de risco de não conclusão da empreitada dentro do prazo previsto no caderno de encargos e, conseqüentemente de perda de financiamento, com recurso a fundos europeus **total ou parcial** caso o projeto de execução seja objeto de revisão prévia.



O programa de financiamento prevê a necessidade de cumprimento de meta de execução parcial de garantir, até 30 de setembro 2025, uma faturação mínima que garanta 30% do total do valor financiado sob pena de perda do montante de fundo que resulta da diferença entre as referidas metas e o montante acumulado de execução efetiva.

Nestes termos, e relativamente à fundamentação referida - sendo que esta esta acompanhará a proposta de abertura de procedimento a remeter ao órgão competente estimando-se um prazo de desenvolvimento do procedimento concursal da empreitada de um mês e meio e um prazo estimado de contratualização e execução da revisão de projeto em 3 meses, facilmente se constataria que o término da empreitada se desenvolveria para além da data-limite fixada e consequentemente a perda de financiamento no valor máximo de €736.614,71.

Pese embora o recurso à dispensa prevista no DL 108/2024, o município garantiu antecipadamente a contratualização externa do processo de revisão, constando o processo de revisão na pasta do concurso.

2.3. Critério de adjudicação

Nos termos do número 1 do artigo 74.º do CCP, a adjudicação será garantida de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de de acordo com o qual o critério de adjudicação **multifator**, é densificado por um conjunto de fatores correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**.

Nos termos do artigo 139.º do CCP o modelo de avaliação das propostas será determinado através de modelo matemático.

a) As propostas dos concorrentes serão apreciadas, analisadas e avaliadas e

hierarquizadas por ordem decrescente de mérito.

b) O mérito das propostas será aferido em função do critério de adjudicação constante

do programa do procedimento, ou seja, critério da proposta economicamente mais

vantajosa, na modalidade do multifator, por ponderação dos seguintes fatores:

Fatores Ponderação Total

Preço 70%

Prazo de execução 30%

c) As operações de avaliação respeitarão o disposto no artigo 75.º do *Código dos Contratos Públicos*.



d) Cada fator do critério de adjudicação será operacionalizado por intermédio de uma fórmula matemática que quantificará o impacto de cada proposta a ele subsumido.

e) A valorização do será determinado por comparação **fator preço** dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a €0,01 (um cêntimo);

f) O fator preços será valorizado de 0 (zero) a 8(oito) correspondendo 0 (zero) a propostas de preço igual ao valor base do procedimento e 8 (oito) para propostas iguais ao preço mínimo previsto na alínea anterior.

g) A análise das propostas face à valorização do fator preço será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte fórmula matemática:

$$Fator\ preço = \left(1 - \frac{preço\ proposto - 0,01€}{preço\ base - 0,01€} \right) \times 10$$

h) A valorização do **fator prazo** será determinado por comparação do prazo proposto

com o intervalo de prazo compreendido entre o prazo máximo de execução de todas as prestações que integram o objeto do contrato (365 dias de calendário) e o prazo mínimo possível de ser apresentado pelos concorrentes e que corresponde a 300 dias de calendário.

i) O fator prazo será valorizado de 0 (zero) a 1(um) correspondendo 0 (zero) a propostas de prazo igual ao prazo máximo de execução do contrato (365 dias) e 1 (um) para propostas de prazo correspondente mínimo previsto no ponto 1 do presente artigo.

j) A análise das propostas em face do fator prazo será operacionalizada pela subsunção das mesmas à seguinte formula matemática:

$$Fator\ prazo = 1 - \frac{Prazo\ proposto - prazo\ mínimo}{prazo\ máximo - prazo\ mínimo}$$

k) A avaliação final das propostas será densificada por subjunção dos fatores à seguinte formula matemática.

$$Avaliação = Fator\ preço \times 0,7 + fator\ prazo \times 0,3$$

l) Conforme referido, as propostas serão ordenadas por ordem decrescente de mérito,

ou seja, do maior para o menor valor resultante da avaliação, ou seja, da subjunção dos fatores à fórmula prevista na alínea anterior;

m) Caso se verifique a necessidade comparar e avaliar propostas que apresentem preços acima do valor base fixado - facto só possível nos termos previstos no n.º 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos - a avaliação das mesmas decorrerá nos mesmo termos



previstos nas alíneas anteriores, ou seja, seja ordenada, entre estas, em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação.

2.4. Pressupostos da adjudicação

2.4.1. Nos termos previstos no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos, na eventualidade de todas as propostas vierem a ser excluídas, o órgão competente poderá de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas **adjudicar aquela que** pelo facto do preço contratual proposto seja superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base – **seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação**. Esta possibilidade, enquadrar-se-á no regime e pressuposto de excecionalidade e de interesse público previsto no mesmo artigo, decorrente e associado ao risco de perda de financiamento caso não se verifique a adjudicação da empreitada.

2.4.2. Nos termos do artigo 292.º do Código de Contratos Públicos, será prevista a possibilidade do contraente público efetuar **adiantamentos de preço** por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios na percentagem máxima

prevista na alínea a) do ponto 1 do referido artigo.

Por motivos de interesse público subjacentes ao processo de financiamento N2030,

nomeadamente associada á perda parcial de financiamento, recorrer-se-á à, se necessário, ao regime de excecionalidade previsto no ponto 3 do artigo 292.º, ou seja, sejam efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas no número 2 do mesmo artigo.

II - PROPOSTA DE APROVAÇÃO:

Face ao supramencionado, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato que se pretende celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa autorizar e **aprovar a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

A não contratação por lotes, de acordo com o supramencionado;

1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.



2. Parâmetros base

Os parâmetros base compreendidos no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, são os seguintes:

a) O preço base do procedimento será de **€5.123.072,59 (cinco milhões, cento e vinte e três mil, setenta e dois euros e cinquenta e nove cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor^{**},^{**} significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, sem prejuízo da prerrogativa prevista no número 6 do artigo 70.º do Código de Contratos Públicos.

b) Prazo máximo de execução da empreitada: **365 dias**

3. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 30 dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*^{**}.^{**}

4. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada:

Membros efetivos:

Valéria Borges (Presidente)

Rita Gonçalves

António Torres

Membros suplentes:

Carlos Rodrigues

Ana Martins

4.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: António Torres.



5. Gestor do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Eng. Frederico Dias**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

6. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

7. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério do mais baixo preço. Em caso de empate no valor das propostas, o desempate será efetuado por sorteio, pelo júri do procedimento, na presença das entidades interessadas.

8. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 97183 emitido em 23/07/2025.

9. Declaração de inexistência de conflitos de interesses



De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.

Braga, 23 de julho de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)

Em anexo à presente proposta:

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses _Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

Em anexo nos documentos do processo:

- Cabimento; Convite; Caderno de encargos; Projeto de execução.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º da Portaria n.º 185/2024/1 de 14 de agosto)

Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses

O Signatário, a desempenhar funções no Município de Braga, declara, sob compromisso de honra, que, na presente data, relativamente ao presente procedimento, respeitante à contratação pública – Empreitada **“REQUALIFICAÇÃO DA VARIANTE DO FOJO - 2.ª FASE”**, não se encontra numa situação de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção, isto é, em situação em que se possa, com razoabilidade, duvidar seriamente da imparcialidade da sua conduta ou decisão, nos termos dos artigos 69.º e 73.º do Código do Procedimento Administrativo e do artigo 24.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Mais declara, sob compromisso de honra, que se, no decurso do presente procedimento, vier a encontrar-se, ou previr razoavelmente vir a encontrar-se, numa situação de conflito de interesses, comunicará a situação ao superior hierárquico ou, na sua ausência, ao responsável pelo cumprimento normativo, nos termos do disposto no artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção.

Braga, 23 de julho de 2025

